



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.122 / 2003

Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lajinha, por seus Vereadores aprovou a seguinte lei:

Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha.

Art. 2º. O conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha terá caráter deliberativo, no âmbito de sua competência legal, sendo consultivo nos demais casos.

§ 1º - As atribuições conferidas ao conselho de que trata esta lei não eliminam as competências constitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 2º - Este Conselho deverá trabalhar no desenvolvimento de políticas locais, a serem implementadas a partir de iniciativas e parcerias da Municipalidade com a sociedade civil, tais como o banco de alimentos, incentivos à agricultura urbana e ao auto consumo, restaurantes populares, e modernização dos equipamentos de abastecimento.

Art. 3º- Ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha compete:

I- analisar planos programas e projetos, que sejam voltados ao desenvolvimento de políticas locais de combate à fome e de segurança alimentar, e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento;

II- propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao combate à fome;

III- analisar e pronunciar-se sobre projetos de lei e decretos referentes ao combate à fome e à segurança alimentar, e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento;

IV- propor e contribuir para a realização de campanhas de informação sobre o combate à fome e a segurança alimentar;

V- manter intercâmbio com entidades e organizações, públicas e privadas, de pesquisa e demais atividades voltadas à questão do combate à fome e à segurança alimentar, inclusive nas esferas estadual e federal;

VI- elaborar seu Regimento Interno.

Art. 4º. O conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, na forma estabelecida em seu regimento interno, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo seu



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.

§ 1º - As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de membros efetivos e ou seus suplentes, com a presença de, pelo menos, a maioria absoluta (50% mais um) de seus membros, e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º - A ausência por três reuniões seguidas ou cinco alternadas no mesmo ano sem substituição pelo suplente, implicará na perda automática do mandato de conselheiro da respectiva entidade.

§ 3º - O Mandato dos Conselheiros será de dois anos, sendo admitida sua recondução.

§ 4º - A critério do conselho, poderão participar convidados com direito a voz.

§ 5º - As funções de membros do Conselho não serão remuneradas, sendo, porém consideradas como de relevante serviço público.

Art. 7º - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha será integrado pelas seguintes entidades e instituições, sendo uma cadeira de suplente para cada cadeira de titular:

- I - 1 representante do Prefeito Municipal de Lajinha;
- II - 1 representante da Secretaria Municipal de Educação;
- III - 1 representante da Secretaria de Assistência Social;
- IV - 1 representante da Associação Comercial de Lajinha;
- V - 1 representante dos Conselhos de Desenvolvimento Comunitário;
- VI - 1 representante da Sociedade São Vicente de Paula;
- VII - 1 representante da Rede Estadual de Educação;
- VIII - 1 representante de cada setor das CEBs;
- IX - 1 representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lajinha;
- X - 1 representante do Sindicato dos Empregadores de Lajinha;
- XI - 5 representantes de organizações não governamentais voltadas ao combate à fome e à segurança alimentar, ou que desenvolvam trabalho nesta área, com representação em Lajinha;

§ 1º - Todas as instituições que vierem a compor o conselho deverão indicar seus representantes titulares e suplentes, cuja nomeação se dará por portaria do Executivo municipal.

§ 2º - Os representantes das entidades descritas nos incisos VI, VII e VIII serão eleitos em assembleias dos respectivos segmentos, onde serão convocadas as entidades cadastradas na Secretaria Executiva do Conselho.

Art. 9º - Fica constituído o Fundo municipal de Segurança Alimentar de Lajinha, com finalidade de apoiar com recursos financeiros a realização de trabalhos, pesquisas, projetos, voltados ao desenvolvimento da segurança alimentar e do combate à fome.

§ 1º - O Fundo municipal de segurança Alimentar de Lajinha será constituído com os seguintes recursos:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I - doações de pessoas físicas e jurídicas;

II - outras receitas.

§ 2º- O Fundo Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha será gerido por esse Conselho.

Art. 10 – O Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Lajinha deverá possuir verba própria para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 11- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO
DO ANO DOIS MIL E TRÊS. (19-11-2003)

Ver. FLÁVIO ANTÔNIO DE MORAIS
Presidente

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 28-11-2003, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo